

## Em sete anos, Toffoli reduziu acervo de 11 mil para 4 mil processos

Nos sete anos em que está no Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli reduziu seu número de processos pendentes de 11,1 mil para 4 mil, uma queda de 63,5%. Desse acervo, no entanto, 60% já estão com decisão final e, ou esperam o decurso dos prazos para transitar em julgado, ou ainda podem ser alvo de recurso.

Reprodução



Ministro Dias Toffoli costuma ter duas preocupações com seu trabalho: não deixar que os processos fiquem tramitando sem análise e não perder o controle do acervo.  
Reprodução

Os [dados](#) foram produzidos pelo gabinete do ministro, para marcar os sete anos dele no Supremo. Ele foi nomeado no dia 23 de outubro de 2009, e os números foram registrados no dia 23 de outubro deste ano.

Este é o maior levantamento feito pelo ministro sobre seu próprio gabinete. Todo ano ele produz um levantamento estatístico sobre sua própria produção, mas o estudo dos sete anos apresentou mais detalhes que surpreenderam até mesmo os assessores.

Um dado relevante para a análise é a proporção do acervo que não transita em julgado por motivos burocráticos. Enquanto 1,7 mil processos estão no gabinete, 2 mil estão em setores internos do Supremo. Isso significa que estão em alguma secretaria aguardando decurso de prazo, ou receber a ciência de uma intimação, por exemplo, para poder transitar em julgado.

O ministro Toffoli costuma ter duas preocupações com seu trabalho: não deixar que os processos fiquem tramitando sem análise e não perder o controle do acervo. E o que o levantamento dos sete anos descobriu foi que 73% dos casos pendentes são recursos extraordinários, agravos em REs e agravos de instrumento, o que segue a tendência do tribunal.



A idade dos processos também importa. Toffoli tem uma equipe dentro do gabinete dedicada apenas aos processos antigos. Quando ele chegou ao tribunal, em 2009, aplicou ao gabinete a meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, que determinava às cortes do país zerar o acervo de processos autuados há mais de cinco anos. Hoje, 86% dos processos em trâmite do gabinete de Toffoli foram autuados de 2014 para cá.

### **Sem espaço**

O acervo que Toffoli encontrou quando tomou posse no cargo era tão grande que boa parte dos processos nem estava no gabinete. Naquela época, a digitalização ainda não era uma solução óbvia como hoje, e milhares de ações estavam guardadas numa sala-cofre.

Era um espaço dentro do próprio tribunal, com acesso controlado por senha só permitido a alguns servidores. A solução, que ele trouxera já da Advocacia-Geral da União, foi começar a digitalizar os processos novos para avançar sobre o acervo.

Na apresentação ao levantamento divulgado pelo gabinete, Toffoli reconhece a tarefa invencível que é dar conta da demanda de trabalho ao Supremo. “Temos buscado, portanto, pautar nossa atuação de forma estratégica, com metas e indicadores definidos”, escreve o ministro. “Os dados demonstram que, mesmo em um contexto de crescente volume de processos que aportam na corte, obtivemos uma significativa redução do volume de feitos que se encontram sob minha relatoria.”

### **Linha de produção**

Não há regras para a organização dos gabinetes dos ministros do Supremo. Cada um é responsável pelo seu. O ministro Toffoli organizou o gabinete de forma quase industrial, com equipes separadas por tipo de processo e uma cadeia de comando que sai dele até a ponta do organograma.

Ele separa o gabinete por equipes, cada uma respondendo a um assessor, que responde diretamente ao ministro. Os assessores são funcionários que ocupam cargo de confiança. Eles chefiam os analistas judiciários, concursados que analisam os casos que estão com eles e preparam as minutas de despacho, votos, liminares etc. Depois que os assessores dão o “ok” na minuta, levam ao ministro, que dá a palavra final. E aí o processo volta, até ser enviado à área responsável.

As equipes são separadas da seguinte forma:

- uma para cuidar dos processos antigos e das prioridades legais; essa é a equipe da qual participam os servidores mais experientes do gabinete, já que normalmente os processos vão ficando antigos por serem mais complexos, ou demandarem análise mais detida;
- uma para cuidar de tudo o que for matéria penal: Habeas Corpus, inquéritos, ações penais e recursos extraordinários criminais;
- uma para cuidar dos processos originários de controle concentrado de constitucionalidade (ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental, além das ações de inconstitucionalidade por omissão);
- uma para cuidar dos processos originários não penais, como mandados de segurança, mandados de injunção, reclamações, ações cautelares etc.



Há ainda a parte recursal, que trabalha com recursos extraordinários, REs com agravo (ARE) e agravos de instrumento (AI). Ela se divide em três:

- uma equipe para cuidar de recursos criminais;
- uma equipe para recursos tributários;
- e uma equipe para recursos de outras matérias.

O gabinete conta também com um assessor para cuidar apenas de agravos regimentais e embargos de declaração. Depois de fazer os levantamentos, o ministro descobriu que eles são o maior empecilho para o trânsito em julgado. Muitas vezes o ministro decidia os casos, mas eles ficavam perdidos no gabinete, justamente por causa dos agravos e embargos pendentes.

Clique [aqui](#) para ler as estatísticas do gabinete.

**Date Created**

23/11/2016